

NOTA TÉCNICA INTERCÂMARAS XX/2022

CT-SAÚDE, CT-EI, CT ECLET, CT-REJEITOS, CT-SHQA E CT-FLOR

Assunto: Análise do pleito do município de Coronel Fabriciano de reconhecimento como atingido pelo desastre de Mariana - MG.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

As Câmaras Técnicas do Comitê Interfederativo receberam, por meio do Ofício nº 156/2021 de 23 de Dezembro de 2021 e do Despacho nº 11826117/2022-CIF/GABIN de 28 de janeiro de 2022, o documento denominado como Laudo Técnico nº 11612058 de outubro de 2021 e posteriormente o Laudo Técnico complementar nº 13120624 de julho de 2022, elaborado pela Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano. Também ocorreu a apresentação destes documentos no âmbito de algumas Câmaras Técnicas, seguida por análise de pertinência temática em cada uma delas. Através da documentação encaminhada, o município de Coronel Fabriciano apresentou suas alegações de impactos sociais, ambientais e econômicos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos.

Como desdobramento das análises realizadas internamente pelas Câmaras Técnicas, foi realizada uma Reunião Intercâmaras, em 28 de julho de 2022, em que foi discutido o pleito do Município e as Câmaras se manifestaram. Após apresentação dos documentos por parte dos representantes das CTs e discussões construídas em conjunto pelos membros, ficou definido que seria elaborada esta Nota Técnica Intercâmaras, consolidando as análises e produções contidas nos seguintes documentos: NT 65/2022, da CT-SAÚDE; NT 116/2022, da CT-SHQA; NT 02/2022, da CT-GRSA; NT 04/2022, da CT-FLOR; Ofício 29/2022, da CT-ECLET e NT 112/2022, da CT-EI. As demais Câmaras se manifestaram no sentido de não haver pertinência temática de análise em relação ao pleito apresentado pelo Município, seja em resposta ao CIF, seja na Reunião Intercâmaras, de modo que sequer produziram Notas Técnicas.

2. ANÁLISES DAS CÂMARAS TÉCNICAS

2.1 CT-SAÚDE

No que tange à saúde, o SUS atua de forma regionalizada, a partir de redes de atenção à saúde, de forma que a maioria dos municípios não possuem todos os equipamentos de saúde, sobretudo aqueles de maior complexidade, para atendimento das demandas de sua população. Nesse sentido, Coronel Fabriciano é considerado um município de importância regional para o SUS, atendendo pacientes referenciados de outros municípios do médio rio Doce em seus equipamentos de saúde. A exemplo disso está o Hospital José Maria Moraes, situado em Coronel Fabriciano, e que constitui a única porta aberta para atendimento 100% SUS para região do Vale do Aço.

O rompimento afeta toda a população de municípios conurbados, visto que o alto trânsito diário entre municípios leva a diversas mudanças de hábitos de vida de pessoas que moram, trabalham e têm familiares e amigos nos municípios vizinhos. A ocorrência de um evento dessa magnitude associa-se aos determinantes sociais de saúde (econômicos, sociais, políticos etc.) e pode ampliar as vulnerabilidades sociais. Dadas essas situações, conforme relatado pelo município, houve casos de moradores de Coronel Fabriciano que perderam seus empregos e renda, o que gera insegurança para população diante de desastres naturais, com possíveis impactos à saúde mental da população.

Conforme concluiu a NT 65/2022 da CT-Saúde, considerando os laudos e demais documentos encaminhados pelo município:

“Ficou clarividente que o desastre ocorrido no Município de Mariana em 2015 não pode ter seus impactos reduzidos aos municípios de ocorrência. Seus impactos, como demonstrado, vão muito além e incluem (...) alteração abrupta da dinâmica social e dos modos de vida e trabalho historicamente constituídos no território, com efeitos sobre a saúde pública e sobre o sistema público de saúde. Devendo, observados os justos fins, considerar todos que tiveram suas condições de vida e trabalho atingidos nos diferentes territórios e nas diferentes condições.

Diante do exposto, a Câmara Técnica de Saúde, subsidiada pela Superintendência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano, manifesta-se favorável ao reconhecimento do município de Coronel Fabriciano como atingido no âmbito do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta - TTAC.”

2.2 CT-SHQA

No que diz respeito à argumentação de cunho socioambiental, o parecer 11612058 de outubro de 2021 e Laudo Complementar 13120624 de julho de 2022 apresenta três argumentos principais: importância do município no âmbito da segurança hídrica, interdependência da região metropolitana no tratamento de esgoto e a destinação de recursos compensatórios do TTAC para o município no âmbito da política de resíduos sólidos (Lixão de Mauá).

No que diz respeito ao primeiro argumento, o município apresenta que a segurança hídrica é definida como análise dos riscos da gestão sustentável da água quanto à oferta, em quantidade e qualidade, impactos sobre a sociedade, na infraestrutura e nos ambientes. Nesse sentido, o município de Coronel Fabriciano desempenha papel primordial para estabelecimento da segurança hídrica da região do Vale do Aço. O aquífero aluvionar, disposto nos bairros Mangueiras e Amaro Lanari, no município, é o principal manancial de abastecimento do Vale do Aço. É nesse aquífero, que se extrai a água utilizada para o suprimento da maior parte da região metropolitana. Expõe que, quando a barragem de Fundão se rompeu, em 2015, o município ofertou água de qualidade desse aquífero para os municípios atingidos, os quais ficaram impossibilitados de realizar cessão de água decorrente das consequências do rompimento.

Ainda, é nessa região do médio rio Doce, que encontramos o 3º maior ecossistema lacustre do país, região conhecida como dos “Lagos Marginais do Médio Rio Doce”. Como podemos observar na Figura 01, a confluência do rio Piracicaba situa-se a menos de 5 km do rio Doce.

Figura 01 – Área de Proteção Ambiental da Serra dos Cocais

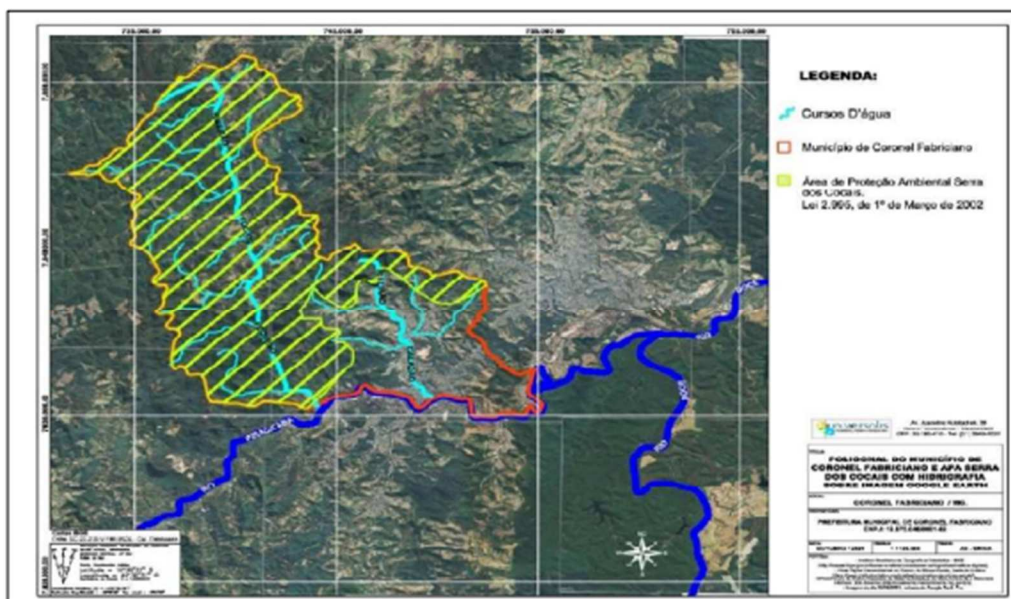


Figura 01 – Município de Coronel Fabriciano e sua Área de Proteção Ambiental da Serra dos Cocais – Lei Municipal Nº 2.995, de 01 de março de 2002 – demonstrando as principais microbacias formadoras dos recursos hídricos municipais – o rio Piracicaba desaguando no rio Doce - base: Universalis. Pleito Município de Coronel Fabriciano.

Sendo assim, o parecer do município ressalta sua importância para a região em termos ambientais, por ser município “produtor de água”, auxiliando na garantia da segurança hídrica da região metropolitana, contribuindo diretamente para que o rio Doce possa se recuperar.

Seguindo na análise dos argumentos socioambientais, no âmbito do segundo argumento relativo aos sistemas de tratamento de esgoto, é exposto que os municípios de Timóteo e Coronel Fabriciano estão interligados por interceptores próprios e sistema único de tratamento, localizado à margem do rio Piracicaba, no município de Timóteo. Não obstante, trata-se de um sistema integrado, onde todo esgoto tratado de Coronel Fabriciano é encaminhado para a ETE Timóteo.

No que diz respeito ao terceiro argumento, quanto aos resíduos sólidos, atualmente, os serviços de coleta e destinação do lixo, são comuns e destinados à “Central de Resíduos do Vale do Aço (CRVA)”, localizada em Santana do Paraíso. Entretanto, anteriormente, entre os anos de 1998 a 2004, Coronel Fabriciano e Timóteo compartilharam o destino de seus resíduos para uma área localizada dentro do município de Coronel Fabriciano, conhecido como Lixão de Mauá, que hoje é objeto da ação civil 0194.04.042667-9, ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais, em face dos municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo.

Nesse âmbito, o município de Timóteo foi contemplado com recursos previstos no Termo de Transação de Ajustamento de Conduta – TTAC. Por meio da Deliberação do CIF

424, em 31 de Julho de 2020, o Comitê Interfederativo – CIF deliberou pela aprovação de recursos para fins da recuperação desta antiga área de depósito de resíduos sólidos urbano..

Sendo assim, ficou acertado que o município de Timóteo apresentaria o Plano de Recuperação de Área Degradada no valor de R\$ 216.729,03 e executaria obras para fins de recuperação da área do antigo lixão de Coronel Fabriciano no valor de R\$ 8.911.339,04. Após recuperação da área, o município de Coronel Fabriciano seria responsável pela sua manutenção e acompanhamento por tempo indeterminado.

A análise dos pareceres disponibilizados pelo município de Coronel Fabriciano corroborou a alta interdependência regional entre os municípios da região metropolitana do Vale do Aço. Tal fato é evidenciado pela aprovação, por parte do próprio Comitê Interfederativo, em destinar recursos para a recuperação do antigo “Lixão Mauá”, localizado em Coronel Fabriciano, por meio das deliberações CIF 326/2019, no âmbito do Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduo Sólido - PG 31.

A CT-SHQA, como um órgão técnico-consultivo do CIF, auxiliando-o no desempenho de sua finalidade de orientar, acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução, com base em critérios técnicos socioambientais dos Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos (PG-31), do Programa de Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água (PG-32), judicializado na 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG – Eixo Prioritário 9, e do Programa de Monitoramento da Bacia do Rio Doce (PG-38), concernente ao Plano de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos do rio Doce, Zona Costeira e Estuários (PMQQS), previsto nas cláusulas do TTAC, apresenta o resultado da análise realizada no Laudo técnico 11612058 e no Laudo Complementar 13120624 , enviado pelo município de Coronel Fabriciano.

Considerando o TTAC, as Notas Técnicas da CT-SHQA aprovadas e suas respectivas deliberações CIF, bem como o escopo dos documentos de definição dos programas mencionados, destacamos alguns pontos importantes a serem considerados diante da pretendida correlação entre os argumentos apresentados pelo município e os referidos documentos.

Neste contexto, faremos as devidas observações referentes a cada programa de competência da CT-SHQA:

- Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos (PG-31)

O PG-31, de cunho compensatório, tem como objetivo geral contribuir para acelerar o processo de recuperação da bacia do rio Doce, região estuarinas, costeiras e marinha, em

especial a qualidade e a quantidade de águas nos tributários e na calha principal impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, por meio da disponibilização de recursos financeiros, no valor de R\$ 500.000.000,00, provenientes da Cláusula 169 para os 39 municípios da Área Ambiental 2. Assim sendo, não há previsão no presente Termo para a disponibilização de recursos a municípios que; embora a sua importância no contexto de se localizarem em sub-bacias e importantes tributários do rio Doce, como é o caso do rio Piracicaba; não foram diretamente afetados pelo Evento. A cláusula estabelece o repasse desse recurso apenas aos 39 municípios dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais como medida compensatória pelos impactos causados e da impossibilidade de sua reparação ou mitigação.

- Programa de Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água (PG-32)

A Cláusula 171 do TTAC descreve as localidades impactadas aquelas que cumulativamente, captam água diretamente da calha do Rio Doce; e tiveram o sistema de abastecimento público inviabilizado em decorrência do rompimento da barragem de Fundão. Destaca-se que nenhuma localidade do município de Coronel Fabriciano foi considerada impactada.

Ressalta-se que, diante do não atendimento de forma plena, justa e satisfatória às ações previstas na Cláusula 171 do TTAC e do PG-32, o Juízo da 12ª Vara Federal Cível e Agrária de Minas Gerais proferiu, em 23 de março de 2020, decisão que determinou uma nova dinâmica decisória para fins de solução das situações de conflito que dizem respeito aos temas relativos ao Eixo 9 – Abastecimento de Água para Consumo Humano. Nesse contexto, as deliberações finais passaram a ser de competência exclusiva do juízo, amparado tecnicamente por Perito Judicial. Nesse cenário, cabe ao CIF, como parte interessada, apenas o atendimento às decisões judiciais, manifestando-se dentro do processo quando couber.

- Programa de Monitoramento da Bacia do Rio Doce (PG-38) - Plano de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos do rio Doce, Zona Costeira e Estuários (PMQQS)

Dentro do escopo do programa, foram definidos vários pontos e parâmetros para avaliar a qualidade das águas, identificar alterações e elaborar diagnósticos. Esse monitoramento é realizado por meio de estações automáticas para obtenção de respostas rápidas, como, por exemplo, a geração de alertas aos principais sistemas de abastecimento de água da bacia, assim como pelo monitoramento convencional, onde são apresentados os resultados de qualidade de água e sedimentos para os pontos localizados no rio Doce e afluentes.

No ponto de monitoramento RPC03 (Timoteo - Piracicaba 03), localizado no rio Piracicaba, também próximo ao município de Coronel Fabriciano, são realizadas coletas e análises mensais relativas ao monitoramento convencional de parâmetros físico-químicos, ecotoxicológicos e de sedimento.

Considerando os objetivos do programa, assim como o atendimento à previsão de monitoramento do rio Piracicaba e as questões apontadas pelo município de Coronel Fabriciano, está CT-SHQA, por meio de seu Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA-PMQQS), instituído pela Deliberação CIF n.º77, de 27 de junho de 2017, esclarece que sua competência se limita em acompanhar e validar os dados gerados pelo PMQQS, reportando ao CIF as inconformidades apresentadas e sugerindo as medidas necessárias para a correção e/ou adequação pela Fundação Renova.

Diante do exposto e, considerando que os argumentos apresentados pelo município de Coronel Fabriciano perpassam, de maneira central, o argumento de integração e interdependência metropolitana, o qual declara não ser de sua competência analisar, e considerando que os exemplos ambientais contemplados visam reforçar esse argumento central, a Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água, por meio da Nota Técnica nº 116/2022, ressalta a necessidade de se obter uma visão integrada dos argumentos e evidências expostos pelo município de Coronel Fabriciano, para obtenção de parecer conclusivo quanto ao pleito de reconhecimento como atingido pelo rompimento da barragem de Fundão.

2.3 CT-GRSA e CT-FLOR

No que tange à Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA), referente aos seus programas atualmente ativos, a Nota Técnica nº 02/2022 expôs que:

Programa 23 – Manejo de Rejeitos [...]:

Em termos sucintos, a atuação deste programa é na área em que se depositaram os rejeitos, quer seja pela onda inicial de rejeitos, quer seja pelas cheias que propagaram a deposição dos rejeitos nas planícies de inundação, bem como zona costeira do estado do Espírito Santo e região marinha.

[...] Programa 34 – Preparação para Emergência Ambientais, o qual tem sua área de aplicação definida pela cláusula 173 do TTAC:

[...] Tendo sido concluso o referido diagnóstico pela inclusão de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, hoje este programa tem sua atuação limitada aos quatro municípios: Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce.

Dessa forma, como não há deposição de rejeitos no município de Coronel Fabriciano, logo, no âmbito de atuação do Programa 23 não há impacto a ser mitigado, quanto ao Programa 34, o mesmo tem sua aplicação restrita a quatro municípios que estavam sob risco e necessidade de atuação da Defesa Civil.

Quanto aos programas inativos, menciona-se o Programa 24 - Implantação de Sistemas de Contenção dos Rejeitos e de Tratamento In Situ dos Rios Impactados, que contemplou somente os rios que sofreram aportes de rejeitos, e o Programa 37 – Gestão de Riscos Ambientais se tratou de garantir a estabilidade das estruturas restantes do complexo minerário da SAMARCO.

Ante o exposto, a CT-GRSA verifica que não há aderência entre os argumentos trazidos pelo município de Coronel Fabriciano e a necessidade de inclusão do município nos programas acompanhados por esta Câmara Técnica, tanto dos ainda não concluídos, bem como dos já concluídos, conforme trecho íntegro da conclusão da Nota Técnica CT-GRSA nº 02/2022:

Dentro os tópicos abordados, dois apresentam informações de maior relevância que pontuam a atuação da Fundação Renova dentro do município, o 2.7 RENOVA JÁ ATUA EM CORONEL FABRICIANO ATRAVES DA INTERDEPENDENCIA METROPOLITANA: CASO LIXÃO MAUÁ e o 2.8 CORONEL FABRICIANO JÁ POSSUI RECONHECIMENTO COMO CIDADE IMPACTADA PELA FUNDAÇÃO RENOVA. No item 2.7 o município foi contemplado por dividir o uso do lixão com a cidade de Timóteo, o qual faz parte do TTAC, já no item 2.8 cita a existência de atingidos residentes.

Em análise comparativa entre as definições dos programas acompanhados pela CT-GRSA, conforme prevista nas cláusulas do TTAC, frente a situação do município de Coronel Fabriciano, caracterizada pelo laudo encaminhado pelo Ofício 156/2021, conclui-se que a situação não guarda aderência aos programas ainda não concluídos, bem como dos já concluídos por esta Câmara Técnica.

No mesmo sentido, a Câmara Técnica de Restauração Florestal (CT-Flor), emitiu a Nota Técnica nº 04/2022 trazendo que o pleito de Coronel Fabriciano não tem aderência aos programas da CT.

Pelo exposto, conclui-se que o município de Coronel Fabriciano não tem aderência aos programas desta Câmara Técnica em andamento.

No momento não existem definições para atendimento desses programas em áreas do Município de Coronel Fabriciano, mas dado que a definição das áreas ainda se

encontram em andamento poderá haver a inclusão de áreas localizadas nesse município no âmbito PG27.

2.4 CT-ECLET

No setor do turismo, o município é integrante do Circuito Turístico Mata Atlântica de Minas, e possui características semelhantes aos demais municípios atingidos que também integram o Circuito, como Bugre, Ipaba, Ipatinga, Marliéria e Timóteo. É notório que o setor do turismo, assim como as demais áreas relacionadas ao lazer são muito impactadas por reduções na renda da população.

Conforme o Ofício 29/22 da CT-ECLET:

“Após análise do pleito de Coronel Fabriciano junto aos técnicos desta Câmara Técnica, vimos informar que, considerando a cláusula 101 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta - TTAC, todo novo território incluído deve passar por processo de diagnóstico a ser realizado pela Fundação Renova, de maneira a apontar em quais projetos e programas dialogam com a Cultura, com o Esporte, o Lazer e o Turismo. Considerando o escopo de cada uma das ações, o município de Coronel Fabriciano tem direito de ser incluído no Programa de Qualidade de Vida e do Turismo – PG-13.”

2.5 CT-EI

Com relação ao impacto econômico, observa-se que no município de Coronel Fabriciano o comércio é a principal fonte de renda municipal. Considerando o arranjo caracterizado pela Região Metropolitana do Vale do Aço, o município foi também afetado pelos impactos do rompimento na cadeia extrativa de minério nas cidades vizinhas que processam as matérias-primas. O Produto Interno Bruto – PIB é de grande importância para a análise macroeconômica, e, com relação aos efeitos do rompimento no Estado de Minas Gerais e em Coronel Fabriciano, podemos identificar uma regressão do PIB do município, que é comparativamente baixo, considerando outros municípios de porte semelhante.

Também é possível identificar a redução acentuada do Índice Médio do Valor Adicionado Fiscal (VAF) do Município de Coronel Fabriciano no período imediatamente posterior ao rompimento. Foi possível identificar que o VAF municipal ficou ainda abaixo do patamar médio do Estado de Minas Gerais, conforme imagens a seguir retiradas do laudo apresentado pelo município.

Figura 02 – Índice Médio do VAF – Coronel Fabriciano

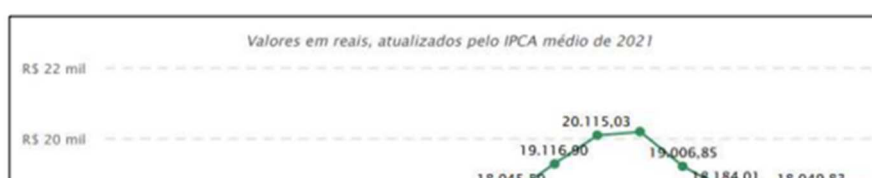


Figura 03 – Índice Médio do VAF – Coronel Fabriciano



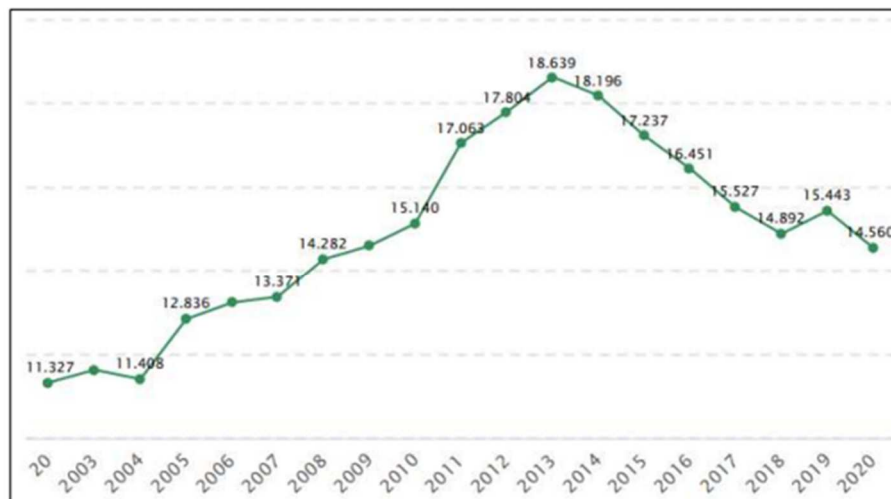
Fonte: Fundação João Pinheiro (Diversos Anos)

Em relação ao saldo de empregos formais, também é possível observar redução nos anos de 2015 e 2016. É possível verificar que a interdependência municipal, apresentada no início desta fundamentação fica ainda mais evidente, visto que o resultado nos anos imediatamente posteriores apresenta uma relação de convergência. O efeito era esperado, uma vez que o rompimento gerou impactos nas atividades siderúrgicas na região, afetando também os diversos empreendimentos ligados às cadeias logística e de serviços. Estes resultados podem ser conferidos nas imagens abaixo, também provenientes do laudo do município.

Figura 04 – Saldo de Empregos Formais – Coronel Fabriciano



Figura 05 – Evolução do Número de Empregos Formais – Coronel Fabriciano

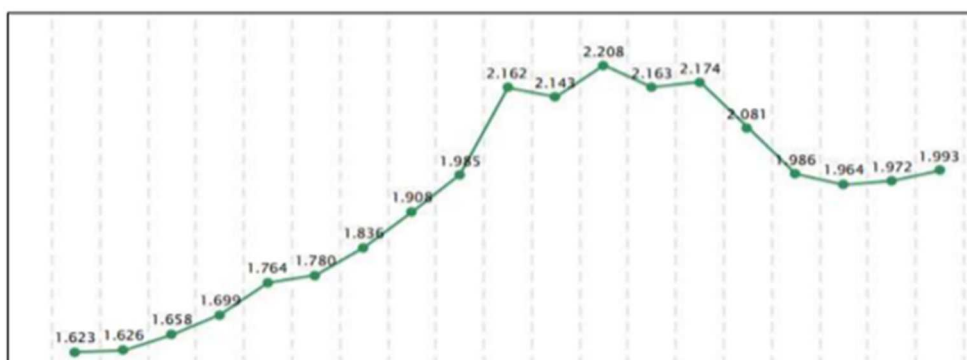


Fonte: CAGED

Apesar de não representar uma parcela significativa na economia local, o setor industrial de Coronel Fabriciano também foi impactado, uma vez que a maior parte do quantitativo de habitantes que trabalham nesse setor ocupam cargos nas indústrias sediadas na região. Isto pode ser observado na imagem abaixo, que apresenta queda no número de estabelecimentos abertos.

Conforme apresentado na figura a seguir e com base na argumentação explicitada na seção 2, é possível identificar como os impactos do rompimento nos municípios vizinhos reverberaram em Coronel Fabriciano, com considerável diminuição no número de estabelecimentos nos anos imediatamente posteriores. O município de Coronel Fabriciano é reconhecido na RMVA por seu comércio diversificado, e o fechamento das empresas afeta a situação da população diretamente, com aumento do desemprego e consequente redução na renda.

Figura 06 – Número de Estabelecimentos



Com relação à Piscicultura, o Município de Coronel Fabriciano abriga grande parte do Rio Piracicaba, e possui várias comunidades ribeirinhas. Segundo relatos das comunidades, houve uma queda na qualidade do pescado, tendo em vista a redução na variedade e quantidade de peixes, além de que, devido à proximidade com o Rio Doce, houve uma migração de pescadores do Rio Doce para o Rio Piracicaba, o que também afeta a disponibilidade de peixes.

Apesar da imensa dificuldade de se identificar uma relação determinística entre os efeitos econômicos do Rompimento, de maneira isolada aos demais componentes, foi analisado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV pela perspectiva macroeconômica, em estudo que pode ser encontrado no endereço <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/atuacao-do-mpf/pareceres-e-relatorios/fgv-fundacao-getulio-vargas>. No documento foi possível identificar que as economias dos Estados apresentaram contrações. O estudo também conseguiu captar o efeito agregado “entre os setores, municípios e pessoas que inicialmente podem não ter sido atingidos, mas que sentiram as consequências” do rompimento, como é o caso de Coronel Fabriciano.

Tendo isso em vista, a NT 112/22 CTEI concluiu que:

“A avaliação da CTEI é de que Coronel Fabriciano, integrante da Região Metropolitana do Vale do Aço, possui uma significativa importância de interdependência regional, frente aos outros municípios da região, sendo em aspectos como saúde, educação, saneamento básico, energia elétrica, comunicação, segurança pública, desenvolvimento econômico e transportes.

*O grau de conurbação entre os municípios é nítido e foi um dos principais fatores técnicos analisados para a constituição da região metropolitana. **Isto demonstra que deve ser considerado e tratado de forma isonômica frente aos demais municípios de Ipatinga, Timóteo e Santana do Paraíso. Estes municípios já são considerados pela Fundação Renova como atingidos e sofreram impactos negativos diretos e indiretos do rompimento da Barragem de Fundão no que tange aos critérios econômicos, não sendo possível***

dissociar os impactos e danos causados dentro dessa região metropolitana como um todo.

[...] entende a importância do município na região metropolitana, a grande integração econômica com parte dos municípios atingidos. No entanto, não foi possível concluir pela correlação com os programas do TTAC acompanhados por esta Câmara. Entende-se que caberia ao CIF, com respaldo das discussões advindas da Intercâmaras, e com olhar sistêmico, deliberar sobre o reconhecimento de Coronel Fabriciano como município atingido pelo rompimento, bem como determinar a abrangência para a inclusão nos Programas.”

3. ANÁLISE SISTÊMICA DA INTERDEPENDÊNCIA MUNICIPAL

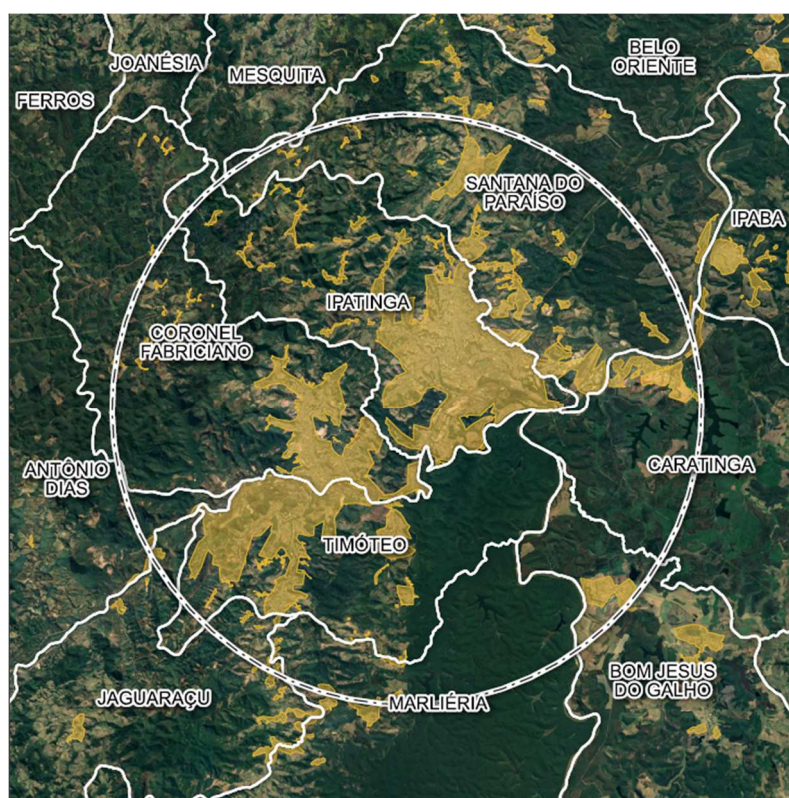
Diante das argumentações apresentadas, uma questão em comum chama a atenção para o reconhecimento do pleito e merece ser detalhada. O município de Coronel Fabriciano é integrante da Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA) junto aos vizinhos Ipatinga, Timóteo e Santana do Paraíso, estes três últimos reconhecidos pelo TTAC como municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, mais especificamente, estando abarcados na área de abrangência socioeconômica do TTAC, que são áreas adjacentes às impactadas. O fato é que as regiões metropolitanas geralmente surgem de áreas conurbadas, sendo definidas como um conjunto de municípios integrados entre si física e socioeconomicamente. A RMVA foi instituída por meio da Lei Complementar n.º 51/1998 e depois foi elaborada a Lei Complementar n.º 90/2006, que dispõe sobre a região. Por meio do Ofício nº 11612021 da prefeitura municipal de Coronel Fabriciano, vem afirmar o fato de que, a região vem buscando ao longo dos anos o “desenvolvimento integrado e equânime entre os municípios que a compõem”.

A cidade de Coronel Fabriciano teve o início do seu povoamento datado no século XIX, fortemente ligado à passagem de tropeiros pelo local, culminando então no surgimento do primeiro povoado na região atualmente conhecida por Melo Viana (bairro do município de Coronel Fabriciano). Nos anos de 1920, a região começou a ser atendida pela Concessionária Estrada de Ferro Vitória a Minas S.A - EFVM, o que levou à construção da Estação do Calado (Estação de Coronel Fabriciano), circundada hoje pelo centro da cidade. Devido ao desenvolvimento decorrente das atividades industriais locais, o município emancipou-se de Antônio Dias em 1948. As usinas da Usiminas e Acesita foram indispensáveis para a expansão da cidade. Entretanto, com a independência de Ipatinga e Timóteo na década de 1960, ambas empresas passaram a pertencer a estas cidades, respectivamente.

O município de Ipatinga anteriormente era um distrito, ligado a Coronel Fabriciano, resultante da implantação da Usiminas. Os primeiros bairros de Ipatinga surgiram a pedido da empresa para que fossem habitados pelos trabalhadores. Sendo assim, em 1964, a cidade separou-se de Coronel Fabriciano. Esse breve contexto histórico vem comprovar assim a interligação dos municípios pertencentes à RMVA.

Conforme podemos ver na Figura 1, o grau de conurbação e ligação dos municípios é bem nítido, sendo um dos critérios elencados para se definir uma região metropolitana e com isso ocasiona uma série de interdependências entre os municípios da região, como saúde, educação, saneamento básico, abastecimento elétrico, comunicação, segurança pública e transporte - malha viária.

Figura 07: Acervo pessoal da Diretoria de Planejamento Territorial, Consórcios e Associativismo Municipal - DPCA/SEDE



Na saúde, o referido documento vem fornecer informações a respeito dos Hospitais da região, como o Hospital Márcio Cunha, administrado pela Fundação São Francisco Xavier - FSFX, órgão da Usiminas, referência em serviços de alta complexidade, como oncologia e hemodiálise, e o Hospital Metropolitano Unimed Vale do Aço, localizado em Coronel Fabriciano

e o principal da rede Unimed na região. Há um grande trânsito de pacientes na região metropolitana acessando esses equipamentos de saúde.

A educação é um ponto muito claro no que diz respeito ao deslocamento entre os municípios, sendo que 7,6% dos estudantes da RMVA frequentam escola em outra cidade e mostra a importância do Município de Coronel Fabriciano quanto ao ensino superior, sendo localizado no mesmo um dos campus do Centro Universitário Católico do Leste de Minas (Unileste), sendo esse o maior complexo educacional do Vale do Aço e um dos maiores do leste do estado.

No que tange ao abastecimento elétrico da região, 100% do fornecimento é feito pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, e que as subestações que fornecem energia ao município vem de Ipatinga e Santana no Paraíso.

A segurança pública da região é feita por diversos organismos, sendo que os Batalhões da Polícia Militar, localizados em Ipatinga e Coronel Fabriciano e a sede do Batalhão do Corpo de Bombeiros, localizada em Ipatinga, ao qual estão subordinados Pelotões em Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo e Caratinga, se interligando, comunicando e dependentes entre si. Também há a atuação da defesa civil, subordinada às prefeituras. O sistema penitenciário da região conta com presídios em Coronel Fabriciano, Ipatinga, Ipaba, Timóteo e Açucena *“deste fato, faz-se comum a circulação carcerária dentro do colar metropolitano, onde um presídio absorve o cárcere do outro dependendo do grau de crime ou penalidade.”*

No que diz respeito ao transporte e a malha viária da região, nota-se a importância das cidades frente à chegada e partida de pessoas à região. Sendo *“o Aeroporto Regional do Vale do Aço, localizado em Santana do Paraíso, atende ao Vale do Aço com voos diários para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, dando grande vazão diária ao traslado do Vale do Aço”*. Há ainda estações ferroviárias atendidas diariamente por trens da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) nos municípios de Belo Oriente, Ipaba, Ipatinga (Estação Intendente Câmara), Timóteo (Estação Mário Carvalho) e Antônio Dias.

Ainda de acordo com o laudo, *“destaca-se também o atual Terminal Rodoviário de Coronel Fabriciano, que é o maior terminal de passageiros da região. A ‘Viação Univale’ INTERLIGA todo o Vale do Aço e parte do colar metropolitano e a ‘Saritur’ é a encarregada do transporte urbano em Coronel Fabriciano (ao lado da Acaiaca) e Ipatinga, fornecendo também linhas intermunicipais à região metropolitana, enquanto que em Timóteo o serviço é realizado pela Autotrans — também do grupo Saritur. Há acesso a várias cidades mineiras e do Brasil por rodovias de relevância nacional ou vicinais, como a BR-116, BR-381, BR-458,*

BR-474, MG-120, MG-329, MG-425, LMG-758, LMG-759 e LMG-760. As infraestruturas urbanas e malhas viárias comunicam entre si, possibilitando deslocamentos e rotas alternativas entre bairros intermunicipais, o que dinamiza o fluxo nas rodovias existentes (BR 381, 116 e MG 232) e possibilita acessos de um município ao outro de forma rápida, sem necessidade de convergência aos núcleos centrais urbanos.”

Diante do exposto, percebe-se que não existe uma divisão geopolítica municipal que caracteriza a região, mas sim a inserção regional e integração dos municípios. Em função dessa visão, Coronel Fabriciano, vem ao longo dos anos, ofertando a toda a comunidade do médio rio Doce, seus serviços públicos, seus equipamentos urbanos, sua história, sua cultura, seus recursos naturais ricos em biodiversidade, na busca do equilíbrio de convivência “homem & natureza”, com efetivos critérios de inclusão social e de sustentabilidade.

O grau de conurbação entre os municípios é nítido e foi um dos principais fatores técnicos analisados para a constituição da região metropolitana. Isto demonstra que deve ser considerado e tratado de forma isonômica frente aos demais municípios de Ipatinga, Timóteo e Santana do Paraíso. Estes municípios já são considerados pela Fundação Renova como atingidos e sofreram impactos negativos diretos e indiretos do rompimento da Barragem de Fundão no que tange aos critérios econômicos, não sendo possível dissociar os impactos e danos causados dentro dessa região metropolitana como um todo.

A Figura 08 apresenta a relação da localização das propriedades cadastradas atingidas por município, o mesmo estudo da FGV apontou que 3 (três) propriedades são do município de Coronel Fabriciano, o que representa 0,06% do total de atingidas.

Figura 08 - Localização das propriedades cadastradas atingidas por município

	Propriedades cadastradas atingidas	% em relação as atingidas
Aimorés	328	6,84%
Alpercata	87	1,81%
Aracruz	32	0,67%
Baixo Guandu	236	4,92%
Barra Longa	513	10,69%
Belo Horizonte	1	0,02%
Belo Oriente	102	2,13%
Bom Jesus do Galho	74	1,54%
Bugre	40	0,83%
Caratinga	87	1,81%
Colatina	221	4,61%
Conceição da Barra	6	0,13%
Conselheiro Pena	139	2,90%
Coronel Fabriciano	3	0,06%
Córrego Novo	6	0,13%

Fonte: FGV, Projeto Rio Doce. 2019, p. 67

Este percentual é muito próximo dos municípios vizinhos de Timóteo (0,02%) e Ipatinga (0,08%), que já foram reconhecidos como atingidos, conforme Figura 09.

**Figura 09 - Localização das propriedades cadastradas atingidas por município
(continuação)**

Dionísio	7	0,15%
Fernandes Tourinho	7	0,15%
Galiléia	100	2,08%
Governador Valadares	344	7,17%
Iapu	23	0,48%
Ipaba	94	1,96%
Ipatinga	4	0,08%
Itaguaçu	1	0,02%
Itueta	75	1,56%
Linhares	662	13,80%
Mariana	11	0,23%
Marilândia	40	0,83%
Matipó	1	0,02%
Naque	51	1,06%
Periquito	138	2,88%
Pingo-D'Água	2	0,04%
Ponte Nova	9	0,19%
Resplendor	73	1,52%
Rio Casca	38	0,79%
Rio Doce	49	1,02%
Sabará	1	0,02%
Santa Cruz do Escalvado	78	1,63%
Santana do Paraíso	111	2,31%
Sem-Peixe	25	0,52%
Sobralia	5	0,10%
Sooretama	49	1,02%
São Domingos do Prata	3	0,06%
São José do Goiabal	52	1,08%
São Mateus	225	4,69%
São Pedro dos Ferros	2	0,04%
São Roque do Canaã	1	0,02%
Timóteo	1	0,02%
Tumiritinga	640	13,34%
Vespasiano	1	0,02%
Total	4.798	99,94%

Fonte: FGV, Projeto Rio Doce. 2019, p. 68

Por fim, tem-se que Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo fazem parte da “Área de Abrangência Socioeconômica” do TTAC, todavia, apesar de toda a integração social e econômica existente na RMVA e amplamente exposta, o município de Coronel Fabriciano foi tratado de maneira não isonômica no TTAC, não estando abarcado neste.

4. CONCLUSÃO

A análise dos pareceres disponibilizados pelo município de Coronel Fabriciano ressalta a interdependência regional entre os municípios da região metropolitana do Vale do Aço. Tem-se que em termos de impactos socioeconômicos, três dos quatro municípios da RMVA, a exceção

de Cel. Fabriciano estão abarcados pela “Área de Abrangência Socioeconômica” do TTAC, assim, não sendo tratado de maneira isonômica.

Ante ao exposto, conjuntamente a análise individual de cada CT, as Câmaras Técnicas de Saúde e de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo concluíram de forma favorável pela inserção do município de Coronel Fabriciano na lista de municípios atingidos em decorrência do rompimento da barragem.

Ressalta-se ainda que as Câmaras Técnicas de Economia e Inovação, Gestão de Resíduos e Segurança Ambiental, Restauração Florestal e Produção de Água, Segurança Hídrica e Qualidade de Água não identificaram, à priori, aderência do município aos Programas por estas geridos, tendo em vista, principalmente, que as evidências de impactos no município estão intrinsecamente relacionadas ao eixo socioeconômico e de saúde, mais que socioambiental.

Dessa forma, estando aqui registrados os posicionamentos das Câmaras Técnicas que se manifestaram a respeito do pleito, deliberou-se por encaminhar a presente nota técnica como subsídio à decisão do CIF sobre a inclusão do município de Coronel Fabriciano como atingido e de forma sistêmica dos programas aplicáveis a este.

Luiz Fernando Prado

CT SAÚDE

Frederico Drumond Martins

CT BIO

Alessandra Jardim

CT SHQA

Anna Tristão

CT ECLET

Thales Altoé

CT GRSA

Hugo Santos Toffoli

CT EI

Josemar Ramos

CT FLOR